



OUTUBRO 2016

### Eleições municipais 2016 – percepções ao término do segundo turno<sup>1</sup>

Em 2016, as eleições municipais foram realizadas em 5.568 localidades, e o país escolheu prefeitos, vice-prefeitos e pouco menos de 60 mil vereadores. Em 57, das 92 cidades com mais de 200 mil eleitores, houve segundo turno – destacando que num primeiro momento esse total seria de 55, mas a justiça eleitoral julgou que em Taubaté-SP não deveria ocorrer segundo turno, e que em Montes Claros-MG, Nova Iguaçu-RJ e Belford Roxo-RJ deveria, seguindo lógica de revalidação de votos associados a recursos apresentados por candidatos que num primeiro momento tiveram seus votos anulados. Assim, 114 competidores e seus vices se mantiveram em campanha entre o primeiro e o último domingo de outubro. Ao todo foram 18 capitais, e a maioria das 57 cidades (23%) está em São Paulo – Bauru, Diadema, Franca, Guarujá, Guarulhos, Jundiaí, Mauá, Osasco, Rio Brilhante, Santo André, São Bernardo do Campo, Sorocaba e Suzano. Importante salientar que apenas oito capitais conheceram seus prefeitos em primeiro turno – São Paulo (PSDB), Natal (PDT), Teresina (PSDB), Salvador (DEM), João Pessoa (PSD), Boa Vista (PMDB), Rio Branco (PT) e Palmas (PSB).

A exemplo de anos anteriores as legendas se aliaram das mais diferentes maneiras pelo país, a despeito de aspectos ideológicos e, até mesmo, sem significativos apegos aos principais fatos nacionais, como o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a mudança de governo – o que em termos de comportamento partidário costuma se concentrar nas principais cidades, mas não em todo o território. O PT, por exemplo, foi o partido que mais participou de alianças encabeçadas por um candidato do PMDB no Brasil (648 cidades), seguido por DEM e PSDB que também ultrapassaram a marca de 600 localidades. Na figura 1 é possível verificar a lógica de alinhamentos a partir de um infográfico de O Globo. Em 2016, as eleições municipais foram realizadas em 5.568 localidades, e o país escolheu prefeitos, vice-prefeitos e pouco menos de 60 mil vereadores. Em 57, das 92 cidades com mais de 200 mil eleitores, houve segundo turno – destacando que num primeiro momento esse total seria de 55, mas a justiça eleitoral julgou que em Taubaté-SP não deveria ocorrer segundo turno, e que em Montes Claros-MG, Nova Iguaçu-RJ e Belford Roxo-RJ deveria, seguindo lógica de revalidação de votos associados a recursos apresentados por candidatos que num primeiro momento tiveram seus votos anulados. Assim, 114 competidores e seus vices se mantiveram em campanha entre o primeiro e o último domingo de outubro. Ao todo

---

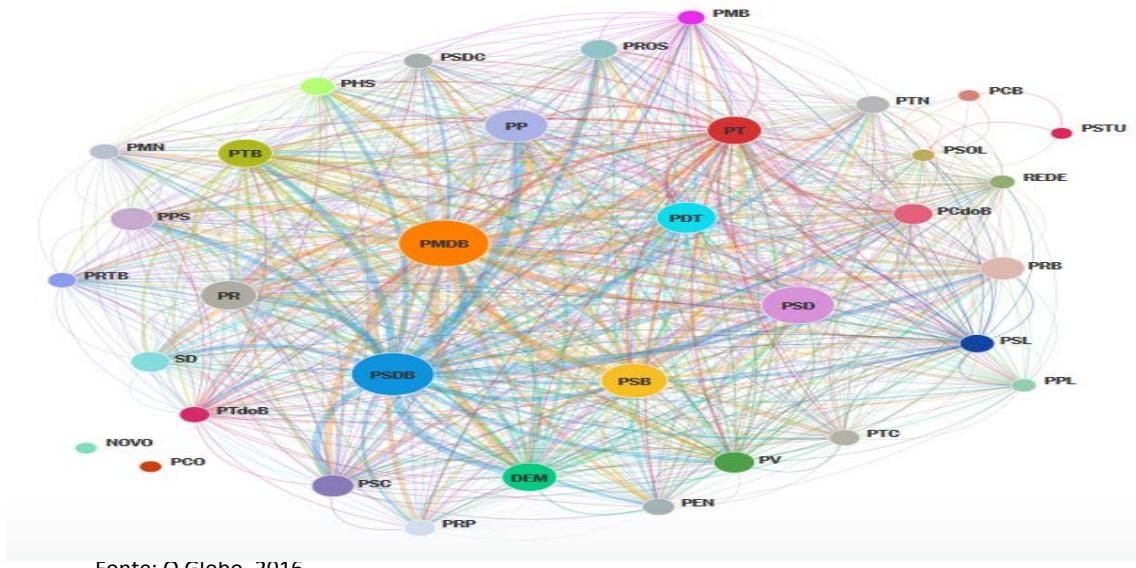
<sup>1</sup> Uma primeira versão desse texto foi publicada ao término do primeiro turno e distribuída aos clientes da 4E Consultoria Econômica.



foram 18 capitais, e a maioria das 57 cidades (23%) está em São Paulo – Bauru, Diadema, Franca, Guarujá, Guarulhos, Jundiaí, Mauá, Osasco, Ribeirão Preto, Santo André, São Bernardo do Campo, Sorocaba e Suzano. Importante salientar que apenas oito capitais condecoraram seus prefeitos em primeiro turno – São Paulo (PSDB), Natal (PDT), Teresina (PSDB), Salvador (DEM), João Pessoa (PSD), Boa Vista (PMDB), Rio Branco (PT) e Palmas (PSB).

A exemplo de anos anteriores as legendas se aliaram das mais diferentes maneiras pelo país, a despeito de aspectos ideológicos e, até mesmo, sem significativos apegos aos principais fatos nacionais, como o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a mudança de governo – o que em termos de comportamento partidário costuma se concentrar nas principais cidades, mas não em todo o território. O PT, por exemplo, foi o partido que mais participou de alianças encabeçadas por um candidato do PMDB no Brasil (648 cidades), seguido por DEM e PSDB que também ultrapassaram a marca de 600 localidades. Na figura 1 é possível verificar a lógica de alinhamentos a partir de um infográfico de O Globo.

**Figura 1 – Alianças partidárias para a disputa de prefeituras 2016**



Fonte: O Globo, 2016

Diante de tais aspectos é possível fazer um balanço geral das eleições municipais com base nos pleitos majoritários - prefeitos. São as primeiras percepções, de cinco fenômenos relevantes. Tais pontos são: o PMDB e a importância das eleições municipais; a queda do PT e a esquerda no Brasil; o PSDB e suas vitórias; a pulverização partidária e a reforma política; e o desencanto com a política.



Antes de adentrar em tais pontos, importante salientar alguns números gerais com base nas principais legendas. Normalmente, um indicador bastante utilizado para observar a força de um partido está associado ao total de eleitores que serão governados por ele nas cidades. A variável, entretanto, assume o risco de homogeneizar tal eleitorado, passando a acreditar que um bom prefeito angariaria votos para o partido em outras eleições, e um mau prefeito descredenciaria o partido aos olhos dos cidadãos daquele local. A conexão das cidades com outras eleições – estaduais e federais – não se dá de forma tão automática assim, a ponto de converter todo um eleitorado em prol de uma dada legenda. Nesse sentido, parece interessante observar quantos votos os partidos obtiveram nas eleições, sobretudo em primeiro turno, quantos prefeitos elegeram e quantos candidatos lançaram – por mais que tais números sejam maias capazes de ilustrar o presente do que orientar o futuro. O Quadro 1 mostra tal realidade. Chamam a atenção alguns pontos que serão tocados adiante, como os resultados de PMDB, PSDB e PT.

Assim, deixando tal trio de lado, importante observar a força do PSD e do PSB como partidos que conquistam posições estratégicas – bem como o total de prefeituras do PP. Igualmente relevante é o PDT, que se fixa em faixa aproximada que supera seis pontos percentuais de votos nos três pleitos apresentados, buscando recuperar-se em 2016 da queda no total de prefeituras de 2012, que pode ter sido causada pelo racha que findou criando o Solidariedade, mas que fica muito aquém da necessária força a ser demonstrada por um partido que deseja disputar a Presidência em 2018 como o símbolo da oposição e da esquerda no país. Ainda na esquerda, chama atenção a estabilidade do PPS, em relação aos indicadores utilizados e ao longo do período – algo muito semelhante ao PC do B, que não está no quadro, em relação ao total de votos, mas não ao volume de prefeituras, que nesse caso sobe de 54 em 2012, para 81 em 2016. Também chama a atenção como o PSOL tem alta quantidade de votos, mas não converte o fenômeno em prefeituras. Isso certamente representa o posicionamento da legenda em grandes centros, capturando parte de um eleitorado ideologicamente posicionado, mas sem força para vencer eleições em volume expressivo. Nesse sentido, seria possível dizer que traria votos do PT, mas em 2016 seu total de adesões cai em relação a 2012.

À direita no espectro se destaca negativamente o DEM, que continua perdendo espaço no total de governos municipais conquistados, mas que elevou seu total de votos, provavelmente, em virtude da expressiva vitória atrelada à reeleição de ACM Neto em Salvador-BA. Ainda nesse ponto do espectro, o PRB elevou sua votação, sobretudo em relação a 2008. A razão é, principalmente, a adesão em 2012 à candidatura de Celso Russomano em São Paulo – que em 2016 também registrou percentual relevante – e pelo resultado, nesse instante e principalmente, de Marcelo Crivella no Rio de Janeiro. Encerrando a análise da direita, o PR e o PTB. O primeiro, apesar da ascensão em 2016, não consegue se recuperar do baque de 2012, muito provavelmente impactado pelo desgaste com o julgamento do Mensa-



lão. E o segundo, que também pode sofrer do mesmo mal, desde 2012 mantém viés de queda. Nesse sentido, importante notar como partidos mais tradicionais considerados à direita perdem espaço, apesar da tendência de aderir a tal polo se verificar presente. Parte desse protagonismo pode ser distribuído dentro do próprio espectro, com a ascensão do PRB, do PSC (que não está no quadro, mas se aproxima de 2% do eleitorado), e do próprio PSDB que pode estar drenando parte desse eleitorado sob uma nova lógica de interpretação do posicionamento ideológico dos tucanos por parte dos eleitores.

### Quadro 1 – Total de votos em primeiro turno por partido / eleitos / % votos

Partido	2008			2012			2016		
	Votos	Eleitos	% Votos	Votos	Eleitos	% Votos	Votos	Eleitos	% Votos
<b>PSDB</b>	14.537.570	791	14,61%	13.881.309	695	13,44%	17.622.792	803	17,13%
<b>PMDB</b>	18.491.822	1.202	18,58%	16.700.255	1.021	16,17%	14.948.305	1.037	14,53%
<b>PSB</b>	5.672.073	310	5,70%	8.685.719	440	8,41%	8.349.436	413	8,12%
<b>PSD</b>	--	--	--	5.940.993	498	5,75%	8.021.866	541	7,80%
<b>PT</b>	16.468.094	557	16,55%	17.273.415	638	16,73%	6.792.380	254	6,60%
<b>PDT</b>	6.102.407	352	6,13%	6.235.869	307	6,04%	6.396.127	335	6,22%
<b>PP</b>	6.142.734	551	6,17%	5.548.756	476	5,37%	5.696.430	492	5,54%
<b>DEM</b>	9.328.325	496	9,37%	4.518.746	278	4,38%	4.935.370	267	4,80%
<b>PR</b>	4.283.486	385	4,30%	3.790.935	275	3,67%	4.553.896	300	4,43%
<b>PRB</b>	1.519.543	54	1,53%	2.567.100	80	2,49%	3.882.427	105	3,77%
<b>PTB</b>	5.061.429	413	5,09%	4.043.404	298	3,92%	3.560.269	262	3,46%
<b>PPS</b>	2.813.975	129	2,83%	2.452.058	125	2,37%	2.621.541	122	2,55%
<b>PSOL</b>	795.275	--	0,80%	2.388.701	2	2,31%	2.097.623	2	2,04%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – dados sofrerão alterações em ajustes feitos nos bancos de dados oficiais

### O PMDB e a relevância das eleições municipais

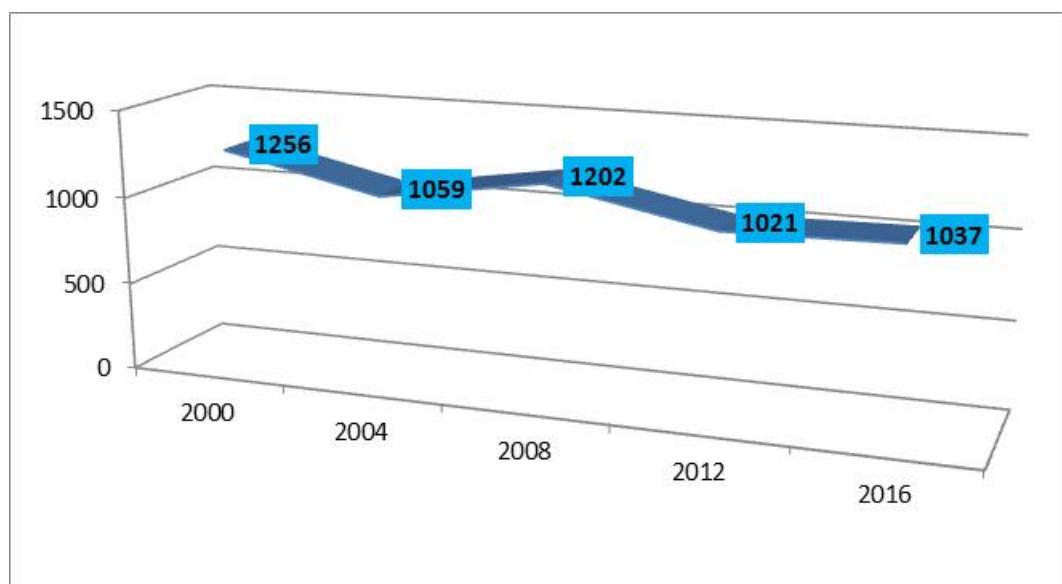
As eleições municipais são absolutamente essenciais para a sobrevivência do PMDB enquanto partido relevante na Câmara dos Deputados. Estudos mostram a correlação entre bancadas eleitas entre os deputados federais e o sucesso nas cidades. Prefeitos são cabos eleitorais marcantes, assim como parlamentares garantem em Brasília recursos extraordinários para cidades que dependem fortemente de verbas políticas – isso em alguns partidos é mais intenso. Essa lógica de retroalimentação política, para alguns analistas, explicaria parte do distanciamento e da crise entre o PMDB e o PT. Quando este segundo começou a se espalhar de forma significativa pelo território nacional, e em 2012 esteve presente com candidato ou apoiando um partido qualquer em mais de cinco mil cidades brasileiras, se equiva-



leu em tamanho ao PMDB. E isso pode ter contribuído para causar o choque entre as legendas.

O PMDB é o único partido político brasileiro a conquistar, a despeito do tamanho do eleitorado local, mais de mil prefeituras desde 1992. O gráfico 1 é capaz de apontar esse fenômeno, e o último partido a eleger mais de mil prefeitos num ano foi o PFL – hoje DEM – em 2000.

**Gráfico 1 – Total de Prefeituras conquistadas pelo PMDB**



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – dados sofrerão alterações em ajustes feitos nos bancos de dados oficiais

Diante de tal característica partidária e forte relação com o plano municipal, a agenda reformadora, e amarga, do governo Michel Temer só poderia prosperar após o pleito. E foi exatamente isso o que ocorreu: a PEC 241 só caminhou depois do primeiro turno, e parece que a partir desse instante outras reformas serão enfrentadas – sem qualquer garantia de sucesso.

Para reforçar a potência do PMDB nos municípios, alguns dados adicionais merecem atenção. Tanto em termos de presença, quanto no que diz respeito ao total de prefeituras conquistadas – conforme o gráfico 1. O partido foi o único que esteve presente em mais de cinco mil cidades em 2016 – seja com candidatura própria ou apoiando outras legendas na corrida majoritária. Atingiu, ao todo, 5.254 municípios, ou 94,5% do total. Nenhuma outra legenda superou os 90 pontos percentuais nesse quesito. Ademais, foi o único partido a ultrapassar duas mil candidaturas, sendo 2.183 em coligações e 154 avulsas, totalizando 2.337 postulantes – os dados podem variar de acordo com a versão do banco de dados do TSE. Aqui o PSDB aparece em segundo lugar com pouco mais de 1.600 candidatos. Assim, no



quadro geral de vitórias, pelo sétimo pleito municipal seguido, o PMDB elegeu mais de mil prefeitos. Diante de tais aspectos, os números mostram que a despeito de faltar um nome nacional para a legenda se consagrar, sua presença no território é marcante e a eleição municipal lhe é extremamente cara.

### A queda do PT e a esquerda no Brasil

O PT foi fortemente desoxigenado nessas eleições. Nos municípios, elegera 638 prefeitos em 2012, e cerca de 20% deles, por razões diversas, mas principalmente atreladas às denúncias de corrupção do partido, impeachment e desgaste da economia, já haviam abandonado a legenda. O caso mais marcante partiu da capital da Paraíba, onde Luciano Cartaxo rumou para o PSD e foi reeleito em primeiro turno. A presença do PT nas cidades minguou em dimensão infinitamente maior que a verificada entre outros grandes partidos. Enquanto PP, DEM, PMDB, PPS e PDT estiveram – com candidatos próprios ou apoiando terceiros – em algo entre -3,50% e -0,09% de cidades em relação a 2012, o PTB encolheu 8,95% e o PT 15,11%. No que diz respeito às candidaturas que encabeçavam coligações, PSDB e PMDB tiveram discretas reduções na casa dos quatro pontos percentuais, e o PT atingiu encolhimento de 47,1%. Mesmo sozinho, com candidaturas isoladas, a legenda teve redução de 22,7%, melhor apenas que o DEM (-25,4%) e próximo do PTB (-22,2%). Tais números só poderiam sugerir redução no total de prefeituras em relação a 2012, e o resultado foi significativo: -60,2%. A hipótese de que o partido teria acabado é ansiosa e pouco condizente com o que pode de fato ocorrer. O PT, no entanto, reconhece que precisa se reorganizar. Mas há quem diga que tal movimento é típico de ciclos ideológicos. O PFL/DEM, por exemplo, que em 2000 chegou a 1.026 prefeituras, elegera 267 prefeitos agora, número 4% menor que o registrado em 2012. Na ascensão da direita ocorrida esse ano não surfou a onda de prosperidade, perdendo espaço. E nesse sentido a dúvida seria: o PT conseguiria voltar? O ambiente econômico do país, o protagonismo da justiça e a construção de uma nova narrativa de esquerda são variáveis relevantes para essa projeção.

### O PSDB e suas vitórias

Ao contrário do PT, o PSDB foi o partido que entre as maiores legendas do país mais cresceu em número de prefeituras. Em relação a 2012 saltou 15,5% - de 695 cidades para 803. Além disso, foi o partido mais presente no segundo turno. Sua principal conquista foi a inédita vitória de um candidato em primeiro turno no maior colégio eleitoral do país – São Paulo. Nesse caso, evidenciam-se, entretanto, rachas agudos no interior da legenda. Primeiro no bloco paulista, que desde 2008 assiste claramente à divisão entre o grupo mais ligado ao governador Geraldo Alckmin e aquele atrelado ao senador José Serra. Para completar, dado o simbolis-



mo da conquista paulistana, o senador mineiro e presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, declarou entender que em 2018 o partido deve organizar prévias para escolher seu postulante à Presidência da República. Em Belo Horizonte, ao longo de todo o primeiro turno e em parte do segundo, o tucano João Leite liderou a corrida. Quando seu adversário, Alexandre Kalil, do PHS, passou à frente e adensou acusações associadas à corrupção do PSDB mineiro, Aécio Neves desembarcou na campanha, defendeu a legenda e pediu voto para seu candidato. Esperava-se que os quase dois terços de votos para a Presidência da República conquistados na cidade em 2014 surtisse algum efeito, mas não foi exatamente isso o que ocorreu. Com um discurso de anti-político, Kalil venceu.

Para além desses aspectos eleitorais, é importante salientar que em se tratando do futuro do PSDB para 2018, o ativismo da justiça, o cenário econômico – que tem a legenda como corresponsável por fazer parte do governo Temer – e as portas abertas em parte do PSB, que poderia ofertar legenda a Alckmin, são fatores que devem ser observados com atenção. Ainda assim, é importante salientar que o PSDB conquistou espaços marcantes, por exemplo, na Região Metropolitana de São Paulo e nas periferias da capital paulista. João Dória Jr. só não venceu em duas das 58 zonas eleitorais, se impondo em redutos petistas relevantes. Nesse caso, a questão é compreender se a força do governador paulista intra-partidariamente se verificará nas urnas, ou se o sentimento é de anti-política. Geraldo Alckmin não tem um governo bem avaliado na capital e seu pupilo venceu reforçando tal aspecto, algo que não parece possível de servir a Alckmin, que desde os anos 70 disputa eleições. As vitórias do PSDB, assim, representam uma ampliação expressiva do capital político do partido, mas a glória não pode se transformar em fragmentação que resulte em um gigante acéfalo como o PMDB. Nesse sentido, interessante notar como alguns governadores tucanos não fizeram seus candidatos em capitais. Os casos mais marcantes estão no Centro-Oeste, com Goiânia, Campo Grande e Cuiabá – nessas duas últimas cidades com candidatos tucanos. A contrapartida é a reeleição de Zenaldo em Belém, o já citado caso de Dória, a vitória de Greca em Curitiba, que teria o apoio do desgastado governador Richa.

Ao todo, das 92 cidades com mais de 200 mil eleitores do país, o PSDB governará 28, e das capitais terá um total de sete. Em 2012, conquistou quatro, mesmo número do PT (que só terá uma a partir de 2017, no Acre), e o PSB cinco.

### **A pulverização partidária e a reforma política**

As conquistas de PMDB e PSDB são emblemáticas, e merece destaque também o crescimento do PSD, que em sua segunda eleição municipal – foi fundado em 2011 – já se tornou o terceiro maior detentor de cidades, com 541, ou 8,6% mais que em 2012. A despeito de tais aspectos é relevante considerar um aumento



da fragmentação partidária nas prefeituras pelo Brasil. A eleição de 2016 registrou 35 partidos, e 31 deles conseguiram conquistar ao menos uma cidade – na verdade duas, o PSOL – as exceções são o direitista NOVO e os esquerdistas PSTU, PCB e PCO. Em 2000, o total de legendas representadas no Executivo municipal era de 21, cresceu para 22 em 2004, 23 em 2008 e 26 em 2012. Em termos de número de partidos efetivos (elementos representativos, de peso, numa coletividade), o total saltou de 6,7 em 2000 para 10,4 em 2012, atingindo 10,6 em 2016.

Para além desse debate que tem chamado a atenção de diferentes setores da sociedade, é importante salientar que as eleições de 2016 representaram o encontro de três mudanças protagonizadas em matéria eleitoral, e vindas de fontes ou instantes diferentes – conforme já discutido no Brasil em Foco. O fim do financiamento empresarial veio pelas mãos da justiça eleitoral por meio de uma interpretação que não coibiu que 10% relativos aos ganhos do ano anterior pudessem ser doados por pessoa física às campanhas. A restrição à propaganda, sobretudo de rua, partiu da reforma política de dezembro de 2013. E a redução do prazo de filiação partidária, as novas datas para convenções, a diminuição do tempo de campanha (de 90 para 45 dias) e de exposição no rádio e na TV (de 45 para 35 dias) com redução dos grandes blocos de anúncios para 10 minutos foram elementos da reforma política de 2015. A combinação desses fatores trouxe profundos incômodos à parte dos políticos. As campanhas se tornaram mais breves, e contaminaram a sociedade a partir de setembro – também por conta da agenda do impeachment e até mesmo das olimpíadas. Mas o fenômeno que mais impactou está associado ao financiamento. Se a participação empresarial estava atrelada, aos olhos de parcelas da sociedade à corrupção, seu fim não representou a inauguração ou o adensamento de práticas menos reprováveis. Denúncias, investigações e reportagens deram conta das mais absurdas formas de captar dinheiro, passando por endividamentos, autofinanciamento de milionários, uso de CPF's fantasmas ou de laranjas, elevação do peso do crime organizado, das igrejas, das máquinas públicas e toda sorte de desvios.

Tal realidade deveria adensar o papel da justiça e da própria lógica de conscientização, mas não é para isso que sinalizam os partidos políticos. Propostas de reforma avançaram nas últimas semanas em debates no Congresso Nacional – algo que certamente será tema de edições futuras dessa publicação. Até mesmo a justiça, em declarações públicas de seus membros, se mostrou arrependida de algumas interpretações e decisões acerca de possíveis regras para restringir o acesso de partidos a arenas de representação, recursos públicos do Fundo Partidário e aparição em meios de comunicação. Volta a ser debatida, assim, a cláusula de barreira, adotada em 1995 para valer em 2006 e barrada pelo STF. A manobra vem sob a justificativa de vetar a entrada de muitos partidos na Câmara dos Deputados, mas também deve ser considerada a ideia de que menos partidos teriam acesso às cotas volumosas do Fundo Partidário. Pelos limites estabelecidos pela medida abandonada



em 2006, e com base nas eleições de 2014, teríamos hoje sete partidos – 5% dos votos para deputado federal em todo território nacional, com pelo menos 2% em nove estados. A questão é que parece prosperar algo infinitamente menor, como 2% em todo território nacional e 2% em ao menos 14 estados. Isso representaria 13 legendas com base nos resultados mais recentes. O funcionamento do instrumento se daria, nesses termos, a partir de 2018, podendo ser elevadas as exigências para 2022.

Também voltaria à cena a discussão sobre a proibição de coligações em eleições proporcionais, que pune menos o ingresso de partidos na Câmara dos deputados, mas também distorce menos o desejo do eleitor que pode ter seu voto oferecido a um partido ou candidato da legenda W e contribuir para a eleição de A - coligado a W. Nesse sentido, entraria em vigor, como atenuante, a ideia de federação de partidos, alianças que para além das eleições teriam que durar ao menos três anos no parlamento. Por fim, ainda em relação à reforma política, não será estranho se o Congresso Nacional voltar à discussão acerca da participação de empresas como financiadoras de campanhas e/ou de partidos, criando fundos distribuídos proporcionalmente e buscando adensar tais recursos com mais dinheiro do orçamento da União. O fato é que o protagonismo mostrado pelo Senado em setembro já foi seguido pela Câmara dos Deputados com propostas distintas. Seria o parlamento capaz de olhar para um norte comum? A história recente, quando o assunto é reforma política, mostra que não.

### O desencanto com a política

Um último ponto que tem merecido atenção é o desencanto com a política, expresso nas abstenções, os votos brancos e os nulos. Primeiramente é importante salientar que são fenômenos distintos e que variam de forma aguda entre cidades. São Paulo e Rio de Janeiro, as maiores do país, têm assistido isso de forma crescente desde 2000.

Mas a justiça eleitoral, por exemplo, ainda tem problemas severos de cadastramento e baixa em suas listas de eleitores – o que impacta sobre as abstenções. Prova disso é que em estados onde ocorreu o recadastramento biométrico mais recentemente os índices de abstenção foram menores. Ademais, a ausência não necessariamente está associada ao afastamento ou insatisfação. Por fim, votos brancos e nulos são manifestações legais de algum descontentamento, e ambos são considerados votos inválidos que não alteram diretamente o resultado das eleições. No caso dos nulos, no entanto, é necessário apreender o total de votos que foram dados a candidatos efetivamente inscritos, mas impugnados pela justiça eleitoral. Nesse caso, a redução do prazo de campanha e o menor tempo entre a confirmação do candidato e a eleição fez com que a justiça eleitoral tivesse ainda

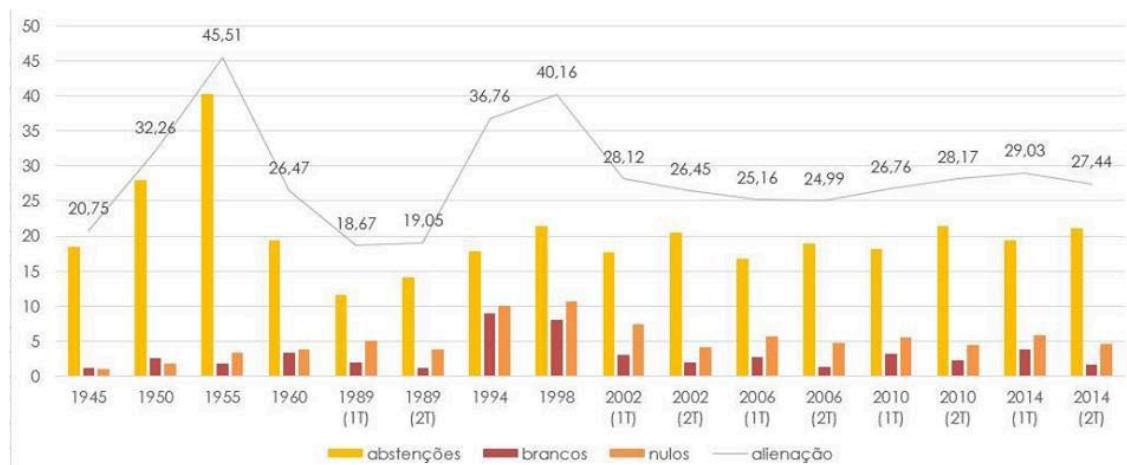


menos dias para tomar decisões definitivas em relação às candidaturas questionadas. Assim, faltando uma semana para o primeiro turno, mais de 13 mil candidatos se apoiavam em recursos para pedirem voto. Em muitos desses casos, o desejo do eleitor se tornou nulo no cálculo das apurações. No segundo turno, o total de brancos e nulos foi recorde em pleitos municipais. Saltou dos 5,4% de 2004, para 7,5% em 2008, 9,2% em 2012 e, agora: 14,3%.

A despeito de tais aspectos, de acordo com o gráfico 1, e pautado nas eleições estaduais e federais, as abstenções seguem média histórica e esperada de 20% desde 1994. E os votos brancos e nulos, com o advento da urna eletrônica, se mantêm baixos nos pleitos presidenciais. O problema, no entanto, é que em 2014 o total de votos brancos e nulos para deputado federal avançou mais de 30% em relação a 2010.

**Gráfico 1 – Abstenções, votos brancos e nulos – linha de alheamento**

Fonte: Cientista Político Cláudio André – UCSAL-BA



Números consolidados pela justiça nos próximos dias devem dar uma dimensão mais exata do fenômeno associado ao desinteresse da sociedade, mas avaliações de que candidatos venceram e o alheamento foi maior que seus votos não combinam em nada com as regras das eleições. Falta de legitimidade? A estratégia utilizada para tais protestos terá que mudar. Por fim, merece destaque um fenômeno do segundo turno associado ao que se discute aqui. Enquanto cidades como Ribeirão Preto registraram 28% de ausência e pouco menos de 17% de votos inválidos, e o Rio de Janeiro atingiu 27% de ausência, com quase 20% de votos inválidos, locais como Olinda-PE (8% de abstenção e 12% de votos inválidos), Vitória-ES (13% de abstenção e 8% de votos inválidos) e Joinville-SC (10% de abstenção e 8%



**BRASIL**  
**EM FOCO**  
OUTUBRO 2016

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

de votos inválidos) apresentaram resultados que devem ser compreendidos em busca de boas respostas para a questão da crise de participação.

Certamente, ao longo dos próximos meses, muitas análises serão oferecidas. O desafio é compreender os fenômenos sob esses mais diferentes semblantes, adensando o debate e respeitando as diferentes interpretações.

Sobre o autor:

**Humberto Dantas** – doutor em ciência política, professor universitário e parceiro da KAS.